



14

Bem-vindo a Antenorlândia

Estavam reféns de um patrão violento, num estado violento e frágil, em um país de cultura violenta e impunitiva.

Gerson de Lacerda, funcionário da Polícia Civil de Barretos, no interior paulista, não teve sucesso na primeira tentativa de intimar Antenor Duarte do Valle para depor. Em 13 de dezembro de 1995, deparou-se com uma senhora que afirmou não ter autorização para receber correspondências do patrão. No mesmo dia, o delegado Edison Winning ouviu, por telefone, que o fazendeiro estava viajando e que era difícil localizá-lo. A mesma informação foi transmitida pela secretária dele, Ildásia Teixeira Pereira. Uma semana mais tarde, Diva, como é conhecida, disse o mesmo. Dez dias depois, sem oferecer respostas, acabou intimada.

Virado o ano, em 5 de janeiro Winning recebeu um telefonema do advogado Luiz Henrique Cunha reiterando que seu cliente viaja muito, mas que naquele dia poderia comparecer a uma delegacia de São Paulo para prestar esclarecimentos sobre o que vira em Corumbiara. Na 1ª Seccional de Polícia Civil, no centro da capital, Antenor contou ao delegado Luiz Carlos Uzelin que um funcionário da Santa Elina o procurou na manhã do conflito pedindo que ajudasse a localizar um sargento que estava na operação. A mulher deste sargento passava por problemas de saúde em Vilhena. Como todos os veículos da fazenda de Hélio Pereira estavam à disposição da PM, Antenor atendeu prontamente ao pedido de ajuda, ainda desconhecendo a existência do conflito. No caminho, cruzou com uma viatura, e os policiais o informaram de que seria impossível localizar o sargento em virtude do enfrentamento com os sem-terra. O fazendeiro já preparava seu retorno à sede da São Judas quando

lhe foi solicitada ajuda para transportar agentes feridos. Foi até o batalhão da PM em Colorado, e lá emprestou sua caminhonete para que os casos mais sérios pudessem ser tratados no hospital. Pouco mais tarde, com o retorno do veículo, voltou à fazenda.

O desinteresse que Antenor busca transmitir não se sustenta. Recorde-se: major Ventura confirmou a ida do fazendeiro ao batalhão, com críticas a seu trabalho; duas pessoas me relataram as pressões sobre o juiz Glodner Pauletto, e o próprio disse à imprensa ter concedido o mandado de reintegração “a pedido do dono da fazenda e de um vizinho”. A informação, uma nota de rodapé da edição de 12 de agosto de 1995 do jornal *Folha de S. Paulo*, é fundamental: nenhum vizinho de Hélio Pereira era parte constituída na ação, ou seja, o magistrado não poderia emitir sua decisão com base no pedido de alguém alheio ao caso. Ao mesmo jornal, Hélio pediu para informar que estava muito abatido e que defendeu uma saída pacífica para a situação. Aos deputados que visitaram Rondônia, o secretário-executivo do governador, Édio Antônio de Carvalho, confidenciou que a interferência de Antenor foi o fator-chave para travar o acordo que previa a cessão provisória de mil hectares da Santa Elina aos sem-terra. Durante o julgamento do caso, em 2000, em Porto Velho, Daniel Pereira, o deputado que participou da negociação do dia 1º de agosto, afirmou que Édio relatou que Antenor e Hélio Pereira estiveram com Valdir Raupp antes da execução do mandado de reintegração – à Justiça, Antenor disse em 1997 que foi até o Palácio do Governo acompanhado de Hélio, mas que não conseguiu ser recebido. Além disso, relatou o parlamentar, o superintendente do Incra foi pressionado pelos donos de terra para que não desapropriasse uma área que havia sido localizada na região.

Quando procurei Édio Antônio de Carvalho para tentar confirmar essa história, disse que só conversaria se fosse pessoalmente. Meses depois, telefonei de novo para avisar que estava indo a Porto Velho. “O Édio que você está procurando é outro. Não sou eu”, disse. Quando cheguei em sua casa, ficou enfurecido. “Cansou de tomar ‘não’ por telefone? Veio tomar ‘não’ pessoal-



mente?”, perguntou. “Tive uma amnésia daquilo e não me lembro nada. Tô velho”, continuou, dando uma risada sarcástica. Sua amnésia levou a que se esquecesse da existência de Antenor e de Hélio Pereira. Mas, como toda amnésia é seletiva, a dele permitiu expor a noção de que o principal entrave para um bom desfecho do caso foram os sem-terra. Também acusou que o deputado Daniel Pereira foi alertado de que a situação estava perigosa. Da parte do governador, disse Édio, a orientação foi para dar total assistência aos posseiros, desde que aceitassem deixar a Santa Elina, uma vez que ele não estava disposto a descumprir uma ordem judicial.

Antenorzinho era figura famosa regionalmente, à prova de qualquer amnésia, e os anos vindouros o tornariam conhecido em nível nacional. Baseado em Barretos, Antenor multiplicou a fortuna durante a ditadura. Não se sabe se pelas amizades feitas du-

Raupp foi procurado pelo fazendeiro Antenor Duarte, que cobrou pressa na reintegração. (Foto: Marcos Oliveira, Agência Senado)

rante o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva, em São Paulo, ou se por meio de outros contatos, ganhou do Estado mimos um tanto quanto valiosos. Levantamento fornecido pelo Incra a partir da Lei de Acesso à Informação mostra que o empresário recebeu 43.942 hectares nos 21 anos em que os militares se hospedaram no Palácio do Planalto – convertendo para medidas urbanas, são 439 milhões de metros quadrados, pouco mais de um quarto da área da cidade de São Paulo, ou a zona sul da cidade inteirinha para si. Nesta época começaria a se desenvolver uma peculiar predileção de Antenor por áreas de fronteira, situando a maior parte de suas fazendas num raio de até 20 quilômetros da Bolívia ou do Paraguai.

Com dois mil hectares, a fazenda São Sebastião, no sul de Rondônia, está longe de ser sua maior, mas é uma das mais faladas. Já em 1986, o delegado regional do Trabalho em Vilhena, Rubens Cândido e Silva, encaminhou à Polícia Federal uma denúncia de ocorrência de escravidão naquelas terras. A PF, porém, consideraria que o aliciamento irregular em massa, a falta de contrato e de registro, o excesso de jornada, a inobservância das normas de segurança e de higiene, as precárias condições de moradia e o não pagamento de salários eram elementos insuficientes para configurar trabalho escravo, crime pelo qual Antenor já havia sido denunciado. Ao fiscalizar as fazendas daquela região, os agentes do Ministério do Trabalho e da polícia se surpreenderam com a presença de dois advogados que já de véspera sabiam da operação, supostamente sigilosa. Antenor e o Estado sempre tiveram uma relação marcada pela confiança. Nada de guardar segredos.

Nos mesmos idos de 1986, a Fundação Nacional do Índio (Funai) trabalhava na região seguindo os indícios de que os fazendeiros se juntaram para exterminar um grupo de indígenas isolados. Projéteis deflagrados foram encontrados pelo chão, junto com sinais de que os barracos foram destruídos, seguidos por uma tentativa pueril de ocultá-los no meio do mato. A história é narrada em detalhes no premiado documentário *Corumbiara*, de Vincent Carelli, um participante

direto das buscas realizadas em meio a uma frente de desmatamento que avançou enormemente desde a concessão das terras.

Quase dez anos tiveram de se passar antes que se procedesse a uma missão definitiva de localização dos indígenas. O grupo encaixado por Marcelo Santos, então chefe estadual da Coordenadoria de Índios Isolados e Recém-contatados, localizou pelo satélite um pontinho vermelho de derrubada de mata dentro de uma das fazendas de Antenor Duarte. Comunicado, o fazendeiro pediu à Funai que esperasse sua chegada à região, num domingo do começo de setembro, para entrar na área, obedecendo a um mandado judicial. Mas Marcelo sabia que os indígenas estavam em risco e suspeitava que os pistoleiros contratados para fazer o serviço na Santa Elina haviam recebido para uma dupla empreitada. Com isso, decidiu contornar a área de Antenor e entrar.

No alto de um barranco, a menos de 100 metros, surgiram dois índios. Pareciam acuados. Ele, com cerca de 1,60 m de altura. Ela, mais baixa. Pele escura, pés descalços, carregando arcos e flechas de guerra. Cobertos de adornos. O barulho na mata denuncia que o grupo é maior. Está em fuga ou fechando o cerco. São minutos de tensão na picada de acesso à aldeia. A presença de índios isolados de tribos ainda desconhecidas em matas dentro de propriedades particulares no sul de Rondônia começava a deixar de ser lenda na semana passada.

A edição do jornal *O Estado de S. Paulo* de 6 de setembro de 1995, uma quarta-feira, narra a tensão do momento do encontro. As imagens registradas pelo documentário de Vincent Carelli mostram como o medo vai cedendo até que se transforme em amizade. Na segunda quinzena do mês foram descobertos mais indígenas, e no mês seguinte acabou localizado outro grupo. Os primeiros eram kanoés. Os segundos, akuntsun. Estudos comprovaram que começaram a ser transportados daquela área em direção a Guajará-Mirim na

década de 1940 pelo Serviço de Proteção aos Índios, uma tática desastrosa que foi depois ampliada pela ditadura. As aldeias encontradas por Marcelo foram formadas por aqueles que ficaram para trás neste serviço de remoção. Mais tarde, uma das remanescentes contou que, quando seus filhos eram pequenos, portanto por volta da década de 1970, os homens saíram para caçar. Ao notar que seus companheiros não retornavam, as mulheres decidiram sair em missão de busca. Todos foram encontrados mortos. Desesperadas, imaginando que sozinhas não poderiam cuidar da comunidade, decidiram cometer suicídio coletivo, ingerindo um poderoso veneno. Aquela senhora recusou a morte como destino para si e para seus filhos⁴³.

43. Monte REEL,
O último da tribo.

“Oras, meu deus, quem vai acreditar numa história dessas?”, queixou-se o advogado Odair Flauzino de Moraes ao ser entrevistado por Carelli. Sem saber que estava falando com o responsável pelas imagens que ganharam o mundo, o representante dos latifundiários demonstrou fúria com a interdição de uma área de três quilômetros quadrados no entorno, abrangendo pedaços de várias fazendas. Os ruralistas fizeram circular a versão de que aqueles indígenas haviam sido “plantados” pela Funai, justamente numa área abundante em madeira, em que funcionários corruptos do órgão federal poderiam se aproveitar dos recursos naturais para enriquecer. Por aqueles dias, alguns cinquenta compareceram ao local para dar fé de que a versão difundida pelos donos de terras era verdadeira. Flauzino foi a Porto Velho queixar-se com o Ministério Público Federal sobre a possibilidade de perdas fundiárias definitivas em prol dos indígenas. “Como se faz

para não desenvolver uma região? Qual o jeito de segurar? Fazendo uma reserva indígena. Porque os Estados Unidos, depois que ele matou todos os índios dele, virou o maior produtor de grão. Sendo maior produtor de grão, logicamente é a maior economia.” Flauzino sabe falar a língua de quem representa.

A trajetória de Antenor vale uma tese sobre a relação entre Estado e setor privado, entre Estado e concentração de riqueza, entre Estado e impunidade. Quem mais poderia representar os fazendeiros de Corumbiara, que encontraram no Congresso um colo para chorar? Em 11 e 12 de outubro de 2000, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Terras Públicas instalada na Câmara realizou sessões especiais em Porto Velho. Antenor esteve lá para se queixar de que não era a primeira vez que a Funai tentava tomar-lhes as terras e que um dos motivos pelos quais se animaram a trabalhar na Gleba Corumbiara foi a garantia, por parte do órgão federal, de que não havia indígenas na região. Agora, a ação de Marcelo Santos deixava sob a égide da instabilidade 22 indústrias madeireiras, um frigorífico e milhares de bovinos.

“Não bastasse a interdição de uma área sob exploração econômica há quase 30 anos para suscitar acirradas disputas políticas e jurídicas”, concluiu a CPI, “agrava a situação o fato de pairarem fortes suspeitas sobre a origem dos índios isolados localizados na área. São contundentes as denúncias de que os índios foram ‘plantados’ e que todo o processo de contato foi montado pelo senhor Marcelo Santos.”

O relatório final do deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO) sugeriu a formação de uma comissão interministerial capacitada para dar fim ao impasse criado pela Funai. Por outro lado, o documento passa à margem da informação de que 12,2% da futura terra indígena Rio Omerê foi desmatado pelos latifundiários em um espaço de quatro anos. É significativo que um fazendeiro sob a névoa da participação em um conflito agrário com doze mortos e diversos flagrantes de trabalho escravo nas costas tenha mais crédito no Congresso que um funcionário público empenhado na proteção de indígenas.

Antenor estava com a corda toda. Em 1996, o fazendeiro ordenou que nenhum advogado seu esperasse pelos fiscais do trabalho que chegaram, no saudoso 1º de abril, à fazenda Maringá, com 35.816 hectares, à época localizada no município de Comodoro, no Mato Grosso: o próprio resolveu receber os funcionários públicos encarregados de apurar uma denúncia feita pela bancada do PT na Assembleia Legislativa. Aqueles 35 mil hectares com cerca fazendo fronteira direta com a Bolívia eram muito queridos pelo fazendeiro, que fazia questão de criar um clima inamistoso durante os sete dias de operação.

Uma placa à entrada da propriedade demonstrava o quão tranquila era a passagem por aquela área: “Qualquer ato de invasão será considerado violência e a mesma será também defendida violentamente.” Antenor talvez tenha avaliado como invasão a presença de agentes do Estado em suas terras. Na primeira conversa acusou os fiscais de estarem a serviço do MST. Naquela noite determinou que uma funcionária sabotasse o gerador de energia para dificultar o trabalho de fiscalização. Com medo, recusando-se a fazer o serviço, a senhora teve a cabeça espremida contra a parede. Veio à tona o Antenor irritadiço e explosivo, famoso, capaz de meter medo em trabalhadores e fazendeiros daquela e de outras paragens.

Um dia antes da operação trabalhista, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) havia passado por ali, sem nada encontrar, ou sem nada querer encontrar. Já os agentes do Trabalho se depararam com uma derrubada que superava os mil hectares, feita por peões dormindo sob lonas pretas, sem documentos, e decidiram chamar seus colegas da área ambiental. A água para consumo e preparação de refeições tinha de ser retirada do mesmo córrego em que defecavam. Os alimentos eram comprados exclusivamente no armazém da fazenda, que se recusava a fornecer aos homens os preços pagos por cada item. Os valores eram descontados diretamente dos salários, constituindo um sistema de servidão por dívida, e há dois meses ninguém via a cor do dinheiro.

Os fiscais foram desnudando histórias cada vez mais sinistras, a despeito das interferências de Antenor. O fazendeiro garantiu que seria impossível ir até as frentes de trabalho devido às chuvas, e mandou trazer funcionários que relataram estar muito felizes. Ao chegar aos pontos de derrubada, contrariando as orientações do proprietário, os agentes viram a sorte mudar. Os peões relataram maus-tratos, com espancamentos, e a morte de dois trabalhadores em quatro meses devido às más condições de vida. “Confessaram ter pavor do senhor Antenor Duarte e um deles possuía uma edição da revista *Veja* que abordava a chacina de Corumbiara”, informa o relatório.

A reportagem de Mônica Bergamo, publicada logo após o episódio, dá conta de uma infinidade de abusos cometidos pela polícia. Relata também o alto interesse de Antenorzinho, ao conseguir do juiz Glodner Pauletto o mandado de reintegração de posse. “Levou o documento para Porto Velho, a 800 quilômetros, e entregou em mãos ao comandante-geral da PM, Wellington de Barros Silva.” Se Antenor havia, na melhor das hipóteses, pressionado pela realização de uma operação que resultara em doze mortes, aqueles 199 homens isolados na selva, sem documento nem um centavo, não eram companheiros de bom destino. Estavam reféns de um patrão violento, num estado violento e frágil, em um país de cultura violenta e impunitiva.

Quando fiscais do trabalho decidiram comparecer a outras duas propriedades de Antenor, em Rondônia, em 9 e 10 de outubro de 1996, depararam-se com boatos de que o esquema de escravidão na fazenda Maringá já havia sido retomado. A nova operação era fruto justamente da informação de que nas famosas São Judas e São Sebastião, em Chupinguaia, vizinhas da Santa Elina, havia um *modus operandi* similar ao encontrado na megapropriedade de Mato Grosso. O aliciador de mão de obra era o contratado para fazer o serviço de desmatamento e roçado. Com essa terceirização, o dono do negócio se eximia de culpa pelas más condições de trabalho e pelo não pagamento do valor combinado com o gato, a quem cabia também a compra e a revenda dos alimentos, novamente com valores abusivos e não informados aos peões.

Aos fiscais, o atravessador da São Judas disse ter acertado com Antenor o total de R\$ 180 por alqueire roçado. Com cada peão combinava um pagamento entre R\$ 60 e R\$ 120, mas pelo chamado “alqueirão”, na prática o dobro do alqueire comum. As 17 motosserras usadas na empreitada foram compradas pelo gato diretamente do proprietário, sem autorização do Ibama. Quando foi cobrar o valor devido pelo serviço, o atravessador acabou repellido por Antenor. Duas questões chamaram a atenção do rapaz, conhecido como Tonhão: ele jamais conseguira se aproximar da sede da fazenda e sempre circulava pela área uma caminhonete F-4000, dirigida com apuro.

Talvez o mesmo veículo flagrado na cena do conflito ocorrido na vizinha Santa Elina. Zé Paulo, braço direito de Antenor nos negócios em Rondônia, continuava a ser visto circulando armado e ameaçando a bel-prazer. A chacina e o fato de que ambos eram investigados pelas polícias Civil e Militar naquele inquérito não pareciam provocar uma mudança na atitude do patrão e do capanga, que contavam com a certeza de que o Estado, ali, eram eles, e que fora daquele local era improvável que o Estado constitucional tivesse força para prendê-los. Os 50 trabalhadores libertados durante a fiscalização na São Judas tiveram de prestar depoimento em Pimenta Bueno, e não em Vilhena, como seria o normal, porque estavam certos de que haveria represália. Zé Paulo disse aos fiscais que os salários haviam sido pagos integralmente e que os comprovantes estavam no escritório de Antenor na área urbana de Vilhena. Ao chegar lá, porém, os agentes públicos se depararam com a porta fechada, no meio da tarde, em dia de semana.

Oito anos depois, em 2004, o procedimento havia sido alterado. Os funcionários da fazenda São Sebastião e da madeireira Novo Século fizeram de tudo para que os fiscais não pudessem localizar Antenor. Um grupo de 18 trabalhadores foi encontrado novamente submetido a escravidão por dívida, dormindo sob lonas pretas e sobre tábuas que os deixavam expostos a ataques de cobras. De novo faltavam banheiros e condições adequadas para alimentação, e se

repetia também o esquema de terceirizar a escravidão para o aliador. Foi assim que Antenor se justificou ao telefonar para o hotel em que estavam hospedados os fiscais. Depois de passarem por bobos na brincadeira de gato e rato, os agentes receberam no dia seguinte uma ligação do proprietário, que jurava discordar daquelas violações e não praticá-las em nenhum de seus negócios. Talvez desconhecendo o histórico do interlocutor, cancelaram o pedido de bloqueio de bens, convencidos de sua boa vontade. Logo se deram conta de que haviam, mais uma vez, sido passados para trás.

Um novo flagrante na fazenda Maringá daria, naquele mesmo ano, dois honrosos títulos a Antenor. Criada no ano anterior pelo Ministério do Trabalho, a relação de empregadores flagrados em escravidão passava a incluí-lo. Como de praxe, não aceitou ser um qualquer: de cara encabeçou a “lista suja” em número de trabalhadores resgatados: 188. Não perca a conta sobre o número de operações: cinco, e subindo.

2004 foi um ano e tanto. Quando a Terra Indígena Rio Omerê estava na iminência de ser homologada pelo presidente Lula, novamente o Legislativo foi palco receptivo à causa dos fazendeiros. Tardou para que os pensamentos de Valdir Raupp e Antenor Duarte dessem as mãos publicamente. Há dois tipos de ricos: os que adoram exposição e os que a odeiam. A aparição de Antenor na Câmara, em 2000, deve ser entendida como uma exceção completa em sua trajetória. Mais comum foi o que ocorreu quatro anos mais tarde, no Senado: só se soube da presença do proprietário de terras na reunião porque um dos debatedores o citou. Antenor sempre preferiu a condição de observador privilegiado à de orador ativo.

Uma comissão criada pelos representantes ruralistas dedicou a tarde de 18 de maio a debater o caso dos kanoé e akuntsun do Cone Sul. Basicamente, o trabalho consistiu em desmerecer a atuação de Marcelo Santos como um agente a ser levado a sério. Os representantes dos fazendeiros locais levaram suas melhores armas para a ocasião. Osny Ferreira, um indigenista experiente na questão dos

cinta-larga de Rondônia, disse ter ficado indignado quando assistiu à reportagem do *Fantástico* e foi até o local tirar a história a limpo, sabendo que Marcelo era um problema para os produtores rurais. Ouviu falar que seu colega de Funai precisava de recursos de organizações não governamentais estrangeiras para se bancar, e que o dinheiro viria caso conseguisse provocar um grande estardalhaço com o caso dos indígenas isolados. “Extemporaneamente, como foi o caso do Marcelo, ele necessitava de recursos para a sua vida de andanças em Rondônia, de baixo para cima, porque, como sertanista que se intitula, ele nunca viu um índio isolado.”

Contratado pelos proprietários de terra para fazer um laudo, o antropólogo Carlos Antônio Siqueira acrescentou que, pelo que ouvira falar, o total que seria repassado a Marcelo seria R\$ 400 mil. Ao passar pela região, contou o ex-servidor da Funai, viu vários sinais de que aqueles indígenas não eram dali. Informou, por exemplo, que não havia roça plantada, desconsiderando que uma causa provável desse problema fosse o fato de que os integrantes das duas etnias haviam se deslocado recentemente em decorrência do desmatamento e do medo. “Isso passa a olho nu por um leigo, como passou por aquela matéria da Rede Globo de que Vossas Excelências receberam cópia. Vossas Excelências vão notar índio isolado com *short*, vestindo bermuda”, concluiu. “Gente, isso não existe! A pessoa de uma frente de contato, o primeiro contato ser documentado por um canal de televisão, e ele, a vinte metros, chamando índio ‘amigo, amigo’. Isso não existe, é palhaçada, é teatro! Desculpe, mas é teatro!” Siqueira admitiu que não sabia de onde teriam sido trazidos os indígenas – “mais provavelmente do lado boliviano”.

Pouco importa que não tivesse certeza: entre um trabalho realizado ao longo de anos e relatórios elaborados com uma ou duas visitas ao local dos fatos, a pedido dos fazendeiros, os parlamentares estavam predispostos a aceitar a segunda via. Cada um adapta a verdade para sua realidade. O senador Augusto Botelho (PDT-RR) colocou seus tijolinhos nessa parede: “Deve ser uma tática utilizada

pelos ONGs para desestabilizar a produção, já que não querem que a Amazônia se desenvolva. E Rondônia está na frente de todos os novos estados em desenvolvimento, por isso são mais perseguidos também.” Desenvolvimento, progresso, crescimento, desmatamento: conceitos confusos para alguns.

Raupp preferiu encampar a ideia do representante dos fazendeiros de que o mais correto seria transportar kanoé e akuntsun para uma reserva indígena já existente a 22 quilômetros dali. “Seria muito mais barato e melhor para os índios que estão lá. Talvez eles tivessem melhores condições de vida se fossem devolvidos às suas etnias de origem do que ficar ali, insistindo numa situação, com meia dúzia de índios sem nenhuma assistência naquela região, abandonados.” Sabe-se que não é o forte do Congresso, mas há momentos em que um pouco de Constituição vai bem: “É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ‘ad referendum’ do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país.”

Em 2006, foi assinado o decreto presidencial que demarcou a Terra Indígena Rio Omerê, com 26,1 mil hectares, pegando vários pedacinhos de lotes repassados décadas antes pela União a mãos privadas. Ali do lado, naquele mesmo ano, ao dirigir 52 quilômetros por dentro das terras de Antenor, até chegar à sede da São Sebastião, os fiscais do trabalho encontraram indícios de que aquele homem estava transformado: era agora um típico empresário brasileiro da segunda metade do século anterior. Havia evoluído cem anos em apenas dois, ou pelo menos era essa a impressão até onde a vista alcançava, já que resultava inviável que o Estado tivesse controle sobre extensões tão grandes. A figura do aliciador era passado. A contratação, agora, era feita diretamente por Antenor. As moradias tinham condições razoáveis, com energia elétrica, água e esgoto. Mas uma parte dos salários era entregue “por fora”, burlando o pagamento de direitos trabalhistas, e não eram fornecidos os equipamentos de proteção individual. “Por fim, é oportuno relatar as dificuldades e os

obstáculos colocados diante do Grupo Móvel com o nítido propósito de frustrar os objetivos da operação, principalmente em face da recusa inescusável para apresentar os documentos hábeis a comprovar a titularidade das fazendas fiscalizadas”, assinala o relatório. Algumas coisas nunca mudam. Com isso, decidiram os agentes, não havia condições para Antenor Duarte deixar de frequentar a “lista suja”, da qual seria *habitué* por mais três anos, até 2009.

Estar incluído na relação do Ministério do Trabalho significa não ter acesso a financiamento público e sofrer dificuldades empresariais por conta dos acordos que preveem a proibição de comprar de áreas flagradas por trabalho escravo ou desmatamento. Se os negócios de Antenor sofreram com as restrições, difícil dizer. Certo é que sua condição financeira e fundiária seguiu curso tranquilo. Em 2008, a organização Repórter Brasil informou que o frigorífico São Marcos comprava carne vinda das terras de Antenor, o que lhe valeu a suspensão da participação no Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Nas duas décadas seguintes ao caso de Corumbiara, o império Duarte do Valle só fez crescer. No final de 2013, o fazendeiro havia mais que dobrado a extensão de seus domínios. Os 493 km² recebidos da ditadura já eram 930,4 km², ou 93 mil hectares. Colocadas em linha reta, dispostas em uma faixa de um quilômetro de largura, as terras de Antenor levariam oito, nove, dez horas para serem percorridas por um automóvel rodando em uma estrada em boas condições. Fosse um país, Antenorlândia teria o tamanho aproximado de Hong Kong, e seria maior que 60 nações de todo o planeta. Fosse uma capital brasileira, estaria logo atrás de Belém e à frente de outras 14, como São Luís, Goiânia, Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte.

Antenor tem, mesmo, inúmeras razões para pensar que o crime compensa e que o Estado, quando não é corrompível, é frouxo. Não se trata só de assuntos financeiros.

15

Requeijão-bomba

Não era uma ocorrência qualquer, como quis fazer crer. Seis homens, armados com espingardas calibre 12 e carabinas, circularam livremente pela área.

O Monza cinza, de placas VT 1443, modelo do ano, zero quilômetro, saiu da concessionária em 4 de setembro de 1995. Quatro dias mais tarde, um Kadett do ano anterior seria revendido pela mesma loja, localizada no centro de Vilhena. A conectá-los, um proprietário em comum: o policial Vitório Régis Mena Mendes deixava para trás o veículo comprado a prestações para ser dono de um dos automóveis mais valorizados de um mercado ainda controlado basicamente por quatro montadoras e fechado a importações. O Monza de R\$ 15 mil foi um dos fatores de azar, ou de descuido, que cruzaram a vida daquele capitão, dono de um salário de R\$ 1.080,00.

Por aqueles dias os muros do 3º Batalhão da PM já contavam a história de que Mena Mendes fora recompensado por Antenor Duarte pelos bons serviços prestados na Santa Elina. Além do carro, diziam, o policial havia conquistado a reforma da casa.

Existiam outros fatos a corroborar suspeitas e a colocar Mena Mendes no papel de protagonista da história. Seria de se imaginar que uma operação deste tamanho fosse chefiada pelo comandante do batalhão. Mas, desde o primeiro momento, major Ventura terceirizou a incumbência a Mena Mendes, que despertou estranheza entre os colegas devido ao afinco com que se dedicava a essa missão e à impaciência que demonstrava cada vez que o cumprimento do mandado de reintegração era postergado.

Depois da frustrada tentativa de expulsar os posseiros em 19 de julho, o capitão diz ter procedido a um intenso levantamento de dados. Há, inclusive, relatos de realização de voos para coleta de